

“Eficiência de Recursos e Economia Verde: Oportunidades para Edifícios e Cidades Sustentáveis”

Simpósio PNUMA, São Paulo, 13 de junho de 2012.

Sessão 3: Cidades Vivíveis e Eficientes em Recursos

Rubens Ricupero

Poucos dias atrás, um jovem casal de trabalhadores honestos e humildes foi vítima de crime hediondo. Movidos pela ilusão de milhões de brasileiros de vir a ter casa decente para morar e educar os filhos, marido e mulher foram enganosamente atraídos para comprar um terreno em Parelheiros, na periferia paulistana. Lá criminosos selvagens os despojaram de suas pobres economias de seis mil reais, trucidando-os e arrojando os corpos num poço.

O que tem a ver com este simpósio uma história de violência e brutalidade que, sob forma diversa, se repete com frequência na periferia de nossas grandes cidades?

A resposta é óbvia: não é honesto e aceitável discorrer sobre as possibilidades e oportunidades de criar cidades e edifícios ideais e eficientes ignorando, como se não existisse, uma dimensão contundente e majoritária da realidade. Não a realidade distante e desejável da Noruega e da Dinamarca, mas a realidade próxima e incômoda de São Paulo e Rio de Janeiro, La Paz e Cidade do México, do Brasil e da América Latina.

Em inglês, a última sessão do simpósio recebeu o nome de “Liveable and Resources Efficient Cities”. “Liveable” deve ser traduzida como “vivíveis”, isto é, a condição de poder ser bem vivida, a “qualidade de vida”, como hoje se costuma dizer. Quão vivíveis e dignas de ser sustentáveis são, pois, as nossas cidades?

Há sempre um risco em simpósios como o de que participamos. Da mesma forma que ocorre nos relatórios das organizações internacionais e nos livros de especialistas, existe o perigo de sonharmos cidades ideais e perfeitas que acabam restritas ao usufruto de minorias de maior renda e poder. Ninguém exprimiu isso melhor do que João Cabral em “O Engenheiro”:

***“O engenheiro sonha coisas claras:***

*Superfícies, tênis, um copo d'água*

*O lápis, o esquadro, o papel,*

*O desenho, o projeto, o número:*

*O engenheiro pensa o mundo justo,*

*Mundo que nenhum véu encobre”*

O problema dessa abordagem é que ficamos condenados a incansavelmente repetir a frustrante experiência de que participei, mais de 50 anos atrás, como jovem voluntário na utópica construção de Brasília, sonhada como a perfeita capital e agora símbolo de todas as mazelas morais e materiais da sociedade brasileira.

A condição para evitar que a frustração se repita é partir da realidade da urbanização do Brasil e da América Latina, que se encontra em posição intermediária entre a dos países maduros e ricos da Europa e América do Norte, de um lado e da situação da Ásia e África, do outro. Em 1950, o Brasil já ostentava o índice de urbanização de 36%, ponto ao qual somente agora chegaram asiáticos e africanos. Pelo último censo, a população urbana brasileira atingiu mais de 85%, porcentagem superior a muitos países da Europa ocidental.

De 1930 para cá, o Brasil e a América Latina viveram duas explosões complementares e inseparáveis: a demográfica e a urbana. Quando nasci, em 1937, o Brasil tinha 39 milhões de habitantes e a cidade de São Paulo não alcançava mais que um milhão. Na fase mais acelerada, a população brasileira crescia a 3,4% por ano e a taxa de fecundidade ou fertilidade atingiu 6,3 filhos por mulher.

Pelo censo de 2011, a taxa demográfica está baixando para menos de um por cento ao ano e a de fertilidade se situa abaixo do nível de reposição, em 1,9 (em cidades do interior de São Paulo e no sul, está em 1,5). Isso significa que a população chegará ao pico em 2030 com 207 milhões, declinando em seguida para 205 milhões em 2040, o que não está tão longe como parece.

Na etapa selvagem da urbanização, dezenas de milhões de camponeses se viram empurrados para as cidades em ritmo frenético que desfigurou as vetustas urbanizações herdadas da colônia e pesou de modo

destrutivo sobre a precaríssima infraestrutura urbana de serviços. O processo começa a perder força depois de 1970, quando, espelhando a desaceleração do crescimento populacional, a taxa de crescimento das cidades vai passar de 4,7% para 1,6%. Em 2010, o Brasil contava com nada menos do que 878 cidades de mais de 20.000 habitantes e 18 núcleos acima de um milhão.

A fim de inserir o fenômeno na perspectiva global, é bom lembrar que o processo selvagem de urbanização apenas começa na Ásia e na África, onde alguns como a China ultrapassaram recentemente 50% de população urbana, mas a maioria se encontra em posição semelhante à da Índia, com cerca de um terço do total de habitantes vivendo em cidades maiores. Impõe-se guardar em mente essas diferenças, pois para nós temas como o do alarme com a expansão mundial da população para nove bilhões de pessoas ou a aceleração da urbanização asiática e africana são irrelevantes, a não ser como expressão de demanda crescente para nossos produtos agropecuários de exportação, especialmente alimentos.

Para o Brasil e a maioria de seus vizinhos, a fase selvagem de explosão urbana é cada vez mais coisa do passado. Não existe, contudo, muita razão para se alegrar com a constatação. Seria diferente se tivéssemos tido um mínimo de capacidade de previsão e de políticas proativas que tivessem permitido imprimir alguma racionalidade e humanidade ao processo. Infelizmente não foi assim que se passaram as coisas.

O resultado é que estamos saindo da explosão urbana com um saldo quase desesperador de erros e imprevidência, expressos na terrível realidade de cidades pouco vivíveis em termos de habitações precárias e de alto risco, violência, insegurança de posse imobiliária, bairros primitivos fora de padrões mínimos de saneamento, mobilidade pessoal em declínio, com as pessoas obrigadas a acordar de madrugada e viajar horas para chegar aos locais de trabalho.

A quase totalidade dos relatórios e livros sobre urbanização se distingue pela riqueza de fórmulas ideais sobre o que deveria ser feito em termos de planejamento de grandes eixos de transporte e criação de grandes reservas de terrenos de baixo custo ao longo desses eixos para serem ocupados por bairros planejados e racionais. Quase nada se encontra,

porém, do que a nós interessa: como corrigir o que nasceu errado e hoje se traduz em formigueiros de dezenas de milhões de indivíduos morando em condições precárias.

Não há lugar para ilusões. Com disse o filósofo Kant, “de um pedaço de pau torto jamais se conseguirá fazer obra reta e perfeita.” Corrigir a realidade urbana torta que herdamos será sempre incomparavelmente mais caro, difícil e insatisfatório do que teria sido evitar os erros quando ainda era tempo. Não temos escolha, entretanto, já que o final da fase selvagem da expansão não significa de modo algum que não continuará a haver aumento da pressão urbana.

Somente nas duas últimas duas décadas, a de 1990 e a de 2000 a 2010, a população urbana brasileira cresceu em 50 milhões de pessoas! A diferença é que, enquanto outrora o maior fator impulsionador da expansão era a migração do campo para as cidades, agora o elemento responsável é o crescimento vegetativo da população que, embora declinante, fará, por inércia, sentir seus efeitos durante bastante tempo.

A maior pressão da expansão urbana se manifestará nas zonas periféricas das 15 Regiões Metropolitanas e de inúmeras outras cidades de porte diverso. São as periferias que crescem e nelas se concentra o mais grave dos problemas ambientais brasileiros: o do impacto crescente em vidas e danos dos cada vez mais frequentes desastres naturais. O desafio ambiental no Brasil não é tanto o de mitigar as emissões de gases-estufa controlando o desmatamento da Amazônia, o que, graças a Deus, começa já a acontecer. Mesmo na Amazônia, os maiores problemas ambientais em termos humanos não estão na floresta, mas na periferia miserável de Manaus e Belém.

Mais de 11 milhões de brasileiros vivem ou sobrevivem em aglomerados subhumanos na classificação do IBGE, metade dos quais no Rio de Janeiro, São Paulo e Belém. Em São Paulo, mais de dois milhões de pessoas habitam zonas de proteção ambiental, sobretudo mananciais e Mata Atlântica, margens de represas e de rios. Cifra superior a cem mil vive em áreas de alto risco.

Os desastres mais frequentes e destrutivos entre nós têm sido as inundações e deslizamentos como os que custaram mais de mil vidas humanas na região serrana do Rio de Janeiro um ano atrás. Por

consequente, o desafio imediato e premente é o da adaptação aos desastres e catástrofes naturais que se tornarão mais numerosos e graves como consequência do aquecimento global. Em nosso caso, a mudança climática catalisa a ameaça e a transforma em realidade, mas a raiz verdadeira não é a natureza e sim o homem, que, na sua inconsciência e descaso permitiu que gigantescas aglomerações humanas se concentrassem em encostas, topos de morros, margens de rios e zonas inundáveis, lixões envenenados por décadas de criminosa irresponsabilidade.

De todas as causas da perigosa situação urbana de parcela apreciável da população brasileira, a mais importante foi a recusa de aceitar como inevitáveis e até desejáveis a migração e a urbanização, dando-lhes condições de ocorrer de forma racional e humanamente aceitável. Os governos tentaram evitar as migrações, chegando a estabelecer barreiras na entrada das cidades. Negaram-se a contribuir para que aparecesse um mercado bem regulado de terrenos de baixo preço onde se pudessem estabelecer os migrantes.

Os mercados de terrenos de periferia ou favelas existem, mas são mercados de faroeste, ocasionando, direta ou indiretamente, crimes atrozes como o mencionado no início. A prioridade número um, portanto, é os governos organizarem esses mercados mediante regulamentação e fiscalização rigorosa. Em quase todas as cidades se dispõem ainda de reservas consideráveis de terrenos guardados inativos para fins de especulação. Cabe aos governos municipais, sempre carentes de recursos fiscais, tributarem pesadamente a especulação, tornando-a inviável e forçando o loteamento e venda de terrenos. Quando não se puder esperar, deve-se recorrer pura e simplesmente à desapropriação para fins sociais conforme previsto na Constituição e se está fazendo para a reforma agrária.

A fim de garantir acesso a esses terrenos, impõe-se a abertura de grandes eixos de transporte rápido, o que apenas deve ser feito após assegurar que os terrenos não serão artificialmente valorizados pelos investimentos públicos. Muito melhor do que desperdiçar dinheiro escasso nessa desnecessária e dispendiosa Copa do Mundo, nossa versão brasileira do circo dos romanos, teria sido empregar esses bilhões em obra útil de favorecimento a milhões de brasileiros.

Ademais do mercado de terrenos e dos eixos de transporte, será preciso assegurar que os novos bairros sejam dotados de água, energia, saneamento básico, escolas, postos de saúde, segurança, parques de lazer. Será, sem dúvida, um remendo a um tecido manchado e rasgado por toda a sorte de absurdos urbanos. Possibilitará, no entanto, superar a intolerável situação atual, caracterizada pela dualidade de dois setores. Um deles é altamente desenvolvido, até sofisticado como nos bairros jardins edificadas pela antiga companhia City em São Paulo ou as residências no Lago Sul de Brasília, setor minuciosamente regulamentado onde não se pode nem construir uma casa de cachorro sem ter de pagar propina aos fiscais da Prefeitura. O outro setor é o das periferias, selvagem, abandonado, esquecido, babel urbana edificada sobre o lixo e abjeção.

Insisti em chamar a atenção para este problema central por temer que, se nos deixarmos absorver pela discussão de condições ideais, vamos acabar, uma vez mais, reproduzindo a dicotomia entre cidades sustentáveis e vivíveis ao lado de outras que não merecem o nome de cidades. Isso mesmo será, em longo prazo, insustentável porque como estão descobrindo os moradores do Morumbi ou da zona sul do Rio a realidade de Paraisópolis ou do morro da Rocinha não lhes permitirá dormir tranquilos.

Chega, porém, de discursos. Hoje é dia de Santo Antonio de Lisboa ou de Pádua. Num dos seus sermões recolhido na Leitura da Liturgia de hoje, afirmava o grande pregador: “A palavra é viva quando são as obras que falam. Estamos saturados de palavras, mas vazios de obras. Cessem, portanto, os discursos e falem as obras”. Assim seja.

Nota: quase tudo que se contém de dados e análises neste discurso se devem aos trabalhos e estudos do demógrafo George Martine, conjuntamente com Ricardo Ojima, Jorge Rodríguez e outros colaboradores. O que é ruim é meu mesmo.

RR